

Filosofia e Arquitectura da Paisagem

Intervenções



INSTITUTO SUPERIOR DE ARQUITECTURA



BISA

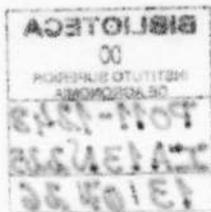


P011-1248

UNIVERSITÄT



UNIVERSITÄT
DUISBURG ESSEN



FICHA TÉCNICA

Título: Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Intervenções

Coordenação: Adriana Veríssimo Serrão

Organização do volume: Moirika Reker

Colecção: AESTHETICA 4

Capa: Rui Cambraia

Seleção das fotografias: Samuel Rama e Maribel Mendes Sobreira

Arranjo Gráfico e Composição: M. Fernandes

Editor: © Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Este livro ou partes dele não poderão ser reproduzidos sob qualquer forma, mesmo electrónica, sem explícita autorização do Editor e dos Autores.

Fotografias: (I) Campos do Baixo Mondego, estrutura de comunicação entre parcelas de terreno não afectadas pelo emparcelamento, Montemor-o-Velho (Samuel Rama); (II) Curso do Rio Guadiana, Serpa (Rui Cambraia); (III) Feijó, Almada (Maribel Sobreira); (IV) Hortas Urbanas, Sobreda, Almada (Maribel Sobreira); (V) Calótipo realizado a partir de intervenções feitas nas Minas de São Domingos, Mértola (Samuel Rama).

Fotografias de paisagens portuguesas.

Apoio: **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FILOSOFIA E ARQUITECTURA DA PAISAGEM (FCT PTDC/FIL-FIL/100565/2008)
(Projecto 3599 - "Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação")

Impressão e acabamento: Graficamares, Lda.
R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10
4720-608 Prozelos - Amares

Depósito Legal: 360289/13

ISBN: 978-989-8553-20-1



9 789898 553201

NOTA DE AP

Kant e a Ideia de
LEONEL RIB

Antero de Quent
MAGDA COS

Aquilino Ribeiro
ANTÓNIO DO

A Paisagem entre
DIRK-MICHA

Oltre la Collina
PLATFORM. .

Revelar a Paisagem

Reflexões ber
LAVÍNIA

O movimento
MARIBEL

A lei do vento
VASCO B

Un luogo a
MARIA

Paisagem, Pe
ADRIAN

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	9
----------------------------	---

I. DA NATUREZA À PAISAGEM

<i>Kant e a Ideia de uma Poética da Natureza</i> LEONEL RIBEIRO DOS SANTOS	17
<i>Antero de Quental: A última palavra da Natureza é ética</i> MAGDA COSTA CARVALHO	33
<i>Aquilino Ribeiro e a Filosofia da Natureza e do Ambiente</i> ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS	47

II. HEURÍSTICA DA PAISAGEM

<i>A Paisagem entre Física e Metafísica</i> DIRK-MICHAEL HENNRICH	65
<i>Oltre la Collina</i> PLATFORM	79
<i>Revelar a Paisagem</i>	91
<i>Reflexões bergsonianas em torno de Domenica 6 Aprile, ore 11:42</i> LAVÍNIA PEREIRA	92
<i>O movimento como memória do lugar em 57600 Secondi di Notte e Luce Invisibili</i> MARIBEL MENDES SOBREIRA	96
<i>A lei do vento: espaço, tempo e paisagem em Non si può nulla contro il vento</i> VASCO BAPTISTA MARQUES	98
<i>Un luogo a venire. Antecipando o lugar do vir à existência</i> MARIA TERESA TEIXEIRA	102
<i>Paisagem, Permanência e Instabilidade em Movimenti di un tempo impossibile</i> ADRIANA VERÍSSIMO SERRÃO	105

III. ÉTICAS DA NATUREZA

<i>La case de l'oncle TOM</i> AUGUSTIN BERQUE	113
<i>The Moral Landscape of "Walden". A tale on the "art of living"</i> VIRIATO SOROMENHO-MARQUES	121
<i>Animals and Environment: From War to Peace</i> CRISTINA BECKERT	133
<i>A Natureza, A Ideologia, O Sagrado</i> JOÃO MANUEL BERNARDO	143
<i>Para uma Intervenção no Espaço Rural Português</i> MANUELA RAPOSO MAGALHÃES	163

IV. CIDADES HABITÁVEIS

<i>O Tempo da Cidade</i> JOSÉ DUARTE GORJÃO JORGE	179
<i>Homem e Paisagem nas grandes cidades. Considerações sobre o ethos contemporâneo</i> SANDRA MARIA PATRÍCIO RIBEIRO	187
<i>Uma Intervenção Paisagística no Espaço Urbano</i> MOIRIKA REKER E JÚLIO BARÊA PASTORE	199
<i>Para uma compreensão da Cidade</i> MARIBEL MENDES SOBREIRA	213

V. PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO

<i>A paisagem figurável. Apologia da natureza e reflexividade poética pictórica</i> ANA CRAVO	221
<i>Um percurso meditativo por algumas florestas na Arte</i> SAMUEL RAMA	237
<i>A duração da Paisagem. Construções de luz nas margens do Tempo</i> RUI CAMBRAIA	255
ÍNDICE ONOMÁSTICO	271
AUTORES E COLABORADORES	277
ABSTRACTS	283

Filosofia e A
âmbito do proj
a Ciência e a T
Lisboa e tendo
Paisagista Prof.
Reúne-se ac
Seminário Perm
projecto. Num
investigadores
com outras pers
estudantes, mas
lugar na Faculd
de Agronomia c
do Oriente; outr
Quinta do Pisão,
Registam-se

SP I - La
Au
Un
SP II - Au
Au
Un
SP III - Cor
do s
non
SP IV - Fota
Sam
Uni

PARA UMA INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS

MANUELA RAPOSO MAGALHÃES

A intervenção da Arquitectura Paisagista na Paisagem nasceu da necessidade de encontrar solução para os problemas decorrentes da sociedade industrial. A alteração do tipo e da dimensão destes problemas obrigou à adopção de diferentes metodologias e maneiras de fazer, no campo como na cidade. O próprio conceito de Paisagem foi alterado, dum conteúdo cenográfico que vigorou desde o Renascimento, até ao século XIX (na sociedade ocidental), para um conceito com maior profundidade e abrangência que liga a cidade e o campo, as novas zonas industriais e as infraestruturas, de modo a constituir uma base operativa de intervenção.

A situação que se vive em Portugal, tal como noutros países, embora com características diferenciadas pela história e circunstâncias de cada um, resulta fundamentalmente da interpretação que foi feita do conhecimento disponível, em cada época e das possibilidades dadas pelas ferramentas que o modernismo pôs à disposição do homem.

Hoje, Portugal é um País onde cerca de 50% da população vive em cidades que viram a sua periferia aumentar enormemente desde a II Grande Guerra e o campo despovoar-se, com o abandono da agricultura e a sua substituição por povoamentos de pinheiro e de eucalipto, em que este ocupa a maior parte da área florestal; um litoral sobrecarregado e degradado por edificações e infraestruturas e um interior com aldeias despovoadas que ciclicamente é devastado por incêndios florestais; estradas e auto-estradas que nos faltavam nos anos 70 reproduziram-se até uma dimensão caricata, sem utilização correspondente, nem a possibilidade do Estado pagar a sua manutenção adequada.

Pincelada sobre a Paisagem Rural Tradicional

A Paisagem Rural tradicional que se pode situar até à Revolução Liberal, resultava de uma ocupação que, ao longo de séculos, pretendia fornecer os alimentos e materiais necessários, à custa do trabalho disponível e da interpretação das condições naturais, de modo a trabalhar com elas e não contra elas.

Embora com uma organização social diferenciada entre privilegiados e trabalhadores, em que estes últimos, muitas vezes, não auferiam o necessário para a sua subsistência, é possível olharmos para a organização da Paisagem tradicional, no sentido de entender os equilíbrios então existentes, compará-los com os actuais desequilíbrios e tentarmos repôr aquilo que é possível, com as devidas adaptações às circunstâncias actuais.

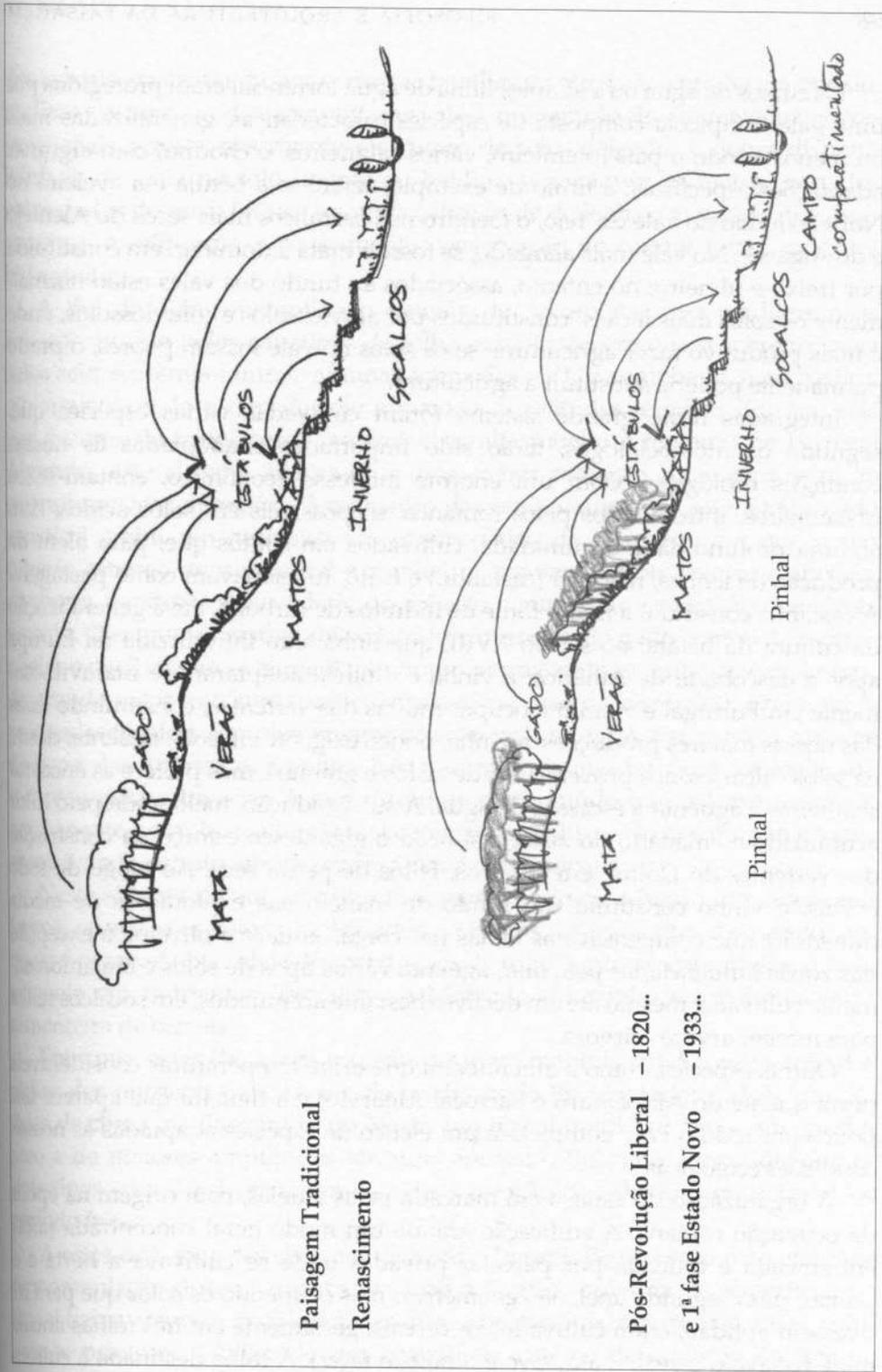
A Paisagem Rural tradicional diferenciava-se entre o Norte e o Sul do Tejo.

No primeiro caso, uma Paisagem compartimentada em que a agricultura e a pastagem viviam em equilíbrio com a sebe – síntese da orla da mata – a mata e os matos. A mata era constituída pelo bosque climácico cultivado, ou seja, aquele que resultava da retirada de materiais e de frutos pendentes. Em Portugal, a Norte do Tejo o bosque climácico seria formado por três espécies de carvalhos, duas de folhosas, no Norte (alvarinho e negral) e uma marcescente no centro calcário (cerquinho). A sebe era de composição variável conforme a situação ecológica e a região, mas contribuía sempre para a manutenção da biodiversidade (corredor ecológico), a protecção contra o vento, a regulação da humidade no solo e da erosão – em suma aumentava a produção através da conservação da natureza.

A manutenção do fundo de fertilidade dos solos cultivados com hortícolas, culturas arvenses e pomares era obtida à custa da incorporação de estrumes. Com a intensificação da produção e sobretudo após a introdução do milho, (trazido da América do Sul) no fundo dos vales mais férteis, houve a necessidade de estabular o gado para produzir estrumes com maior teor de matéria orgânica. Este era constituído pelos matos ricos em lenhina que se iam buscar à mata (bouça) para fazer a cama do gado e que, quando convenientemente pisados e enriquecidos pelas fezes e urina dos animais, eram retirados para local onde pudessem terminar a sua decomposição e posteriormente incorporados na terra, na altura da preparação para as sementeiras.

Nas vertentes mais declivosas e erosionadas e nalgumas terras altas (altitude superior aos 700m), onde o solo é delgado, os matos por vezes substituem a mata e são essenciais à conservação do solo e da água. Em muitas destas situações, ecologicamente mais marginais, a propriedade era comunitária e a sua gestão assegurada por um conselho representativo dos compartes. Este sistema, designado por baldio, referia-se a terras de toda a gente e não, como mais tarde foi encarado, a terras de ninguém.





EM

eral,
r os
pre-
elas.
os e
ário
gem
á-los
m as

Tejo.
ltura
a - a
o, ou
entes.
écies
cente
orme
ão da
ão da
és da

colas,
umes.
milho,
ecessi-
atéria
uscar
mente
s para
corpo-

s (alti-
tituem
as situ-
e a sua
istema,
s tarde

Os cursos de água ou a simples linha de água torrencial eram protegidos por uma galeria ripícola composta de espécies características, generalizadas mais ou menos a todo o país (o amieiro, vários salgueiros, o choupo) com algumas adaptações específicas: a título de exemplo, refere-se a bétula e a aveleira no Norte, o lodão no vale do Tejo, o loendro nos barrancos mais secos do Alentejo e do Algarve. No vale mais alargado, se fosse a mata a dominar, era constituída por freixo e ulmeiro; no entanto, associados ao fundo dos vales estão normalmente os solos mais férteis, constituídos por aluviossolos e coluviossolos, onde é mais produtivo fazer agricultura; se os solos no vale fossem pobres, o prado permanente poderia substituir a agricultura.

Integradas neste grande sistema foram cultivadas várias espécies que, segundo os fitossociólogos, terão sido importadas e adaptadas às nossas condições ecológicas. Com um enorme interesse económico, contam-se os castanheiros, introduzidos pelos romanos, só possíveis em solos ácidos, com alguma profundidade e humidade, cultivados em soutos que, para além da produção de lenhas, madeira (castanho) e fruto, funcionavam como pastagem. A castanha constituiu a maior fonte de hidratos de carbono, até à generalização da cultura da batata, no século XVIII, que tinha sido introduzida na Europa após a descoberta da América; a vinha e o olival adaptaram-se maravilhosamente em Portugal e vieram a ocupar muitas das vertentes, constituindo duas das nossas maiores produções: a vinha, pouco exigente em solo, aguenta, desde os solos calcários, aos provenientes de xistos e granitos, mas prefere as encostas soalheiras e aguenta a escassez de água. A sua produção, melhorada pelo calor acumulado e emanado do xisto, justificou o gigantesco esforço da construção das vertentes do Douro, em socalcos, feitos de pedra seca. Ao longo de todo o País, o vinho constituiu um fundo de maneio nas explorações de média dimensão, que compensava as falhas nas contas anuais; a oliveira, à excepção das zonas influenciadas pelo mar, aguenta vários tipos de solos e era amorosamente cultivada, mesmo até em declives bastante acentuados, em socalcos feitos para receber árvore a árvore.

Outras espécies, como a amendoeira que exige temperaturas consideráveis (terra quente do Alto Douro e barrocal Algarvio) e a figueira que aparece um pouco por todo o País, completam um elenco de espécies adaptadas às nossas condições ecológicas.

A organização do espaço era marcada pelas aldeias, com origem na época da ocupação romana. A edificação era, de um modo geral concentrada (*urbe*) entremeada e rodeada por parcelas privadas onde se cultivava a horta e o pomar; num segundo anel, não geométrico mas ocupando os solos que para tal tivessem aptidão, eram cultivados os cereais, geralmente em três folhas anuais onde rodava o cereal, o alqueive e o pousio (*ager*). A folha destinada à cultura

dos cereais
podiam
vente ma
bilidade
pelos gad
guravam
hidrográf

A Sul

Seja const
solos ácid
que aguer
por árvore
Algarvio,
ensombran
constitui a
coberto arb
de modo a
ao solo. O e
nheira e ove
de grande v
praticadas t
da copa das
o carvão par
permanente,
absorção pel

Neste sis
largos, ou en
quais é possív
exigente em
sementeira de

Em suma,
ciclos: dos nu
tipos de clima
seco e de ma
dois tipos com
período frio.

A estes doi
termoregulaçã
litoral baixo are
vam-se primor

dos cereais era atribuída por sortes, às famílias da aldeia e, na folha em pousio, podiam pastar os gados comunitários, até à preparação do alqueive; na envolvente mais agreste, nas vertentes e cumes de solos delgados e pouca disponibilidade de água no solo (monte ou baldio), situavam-se os matos, pastados pelos gados do povo (*saltus*) e a mata (*silva*) fonte de lenha e materiais que asseguravam a infiltração e conseqüente conservação do caudal total, na bacia hidrográfica.

A Sul do Tejo, predomina o sistema da árvore dispersa mediterrânica. Seja constituído pelos carvalhos de folha persistente, em que o sobreiro exige solos ácidos e temperaturas mínimas acima dos -5°C e a azinheira, mais rústica, que aguenta todo o tipo de solo e maiores amplitudes térmicas diurnas; seja por árvores de frutos secos (amendoeira, alfarrobeira e figueira) no barrocal Algarvio, este sistema adapta-se a uma maior radiação solar e provém ao ensombramento necessário à regulação das temperaturas do solo. O Montado constitui assim um agro-sistema, característico da charneca, em que a um coberto arbóreo denso (sobral e azinhal) o homem retirou árvores dispersas, de modo a reduzir a densidade do coberto e aumentar a radiação que chega ao solo. O estrato arbustivo foi reduzido e introduzido gado (porco de montanha e ovelha) que se alimenta do prado permanente espontâneo e da bolota, de grande valor nutritivo (particularmente no caso da azinheira). Eram ainda praticadas técnicas complementares de economia de água, reduzindo o volume da copa das árvores por podas, bastante radicais que forneciam a lenha, ou o carvão para o Inverno. A introdução de gado miúdo que pastava no prado permanente, complementava este sistema, mantendo o ciclo dos nutrientes, cuja absorção pelo estrato arbóreo era facilitada pelas micorrizas.

Neste sistema do Sul, as culturas arvenses ocupam o fundo dos vales mais largos, ou então os solos privilegiados de barros, provenientes de basalto, nos quais é possível obter elevadas produções de trigo, o cereal, entre todos, o mais exigente em nutrientes. Também no Montado de azinho era habitual fazer sementeira de cereais.

Em suma, estas Paisagens tradicionais eram mantidas pela conservação dos ciclos: dos nutrientes, da água e da biodiversidade, adaptados a dois grandes tipos de clima mediterrânico: no Norte, um litoral húmido e frio e um interior seco e de maiores amplitudes térmicas anuais; o Sul mais seco e quente; os dois tipos com um Inverno ameno e a a estação das chuvas concentrada no período frio.

A estes dois grandes sistemas, acresce o Litoral. Beneficiado pelo efeito de termoregulação do mar e por uma toalha freática próxima da superfície, no litoral baixo arenoso, para além das dunas protectoras, em muitas áreas, cultivam-se primores. Utilizando um engenhoso sistema de armação do terreno

(em masseira), rebaixa-se o nível do solo, protegendo as culturas do vento, e adiciona-se matéria orgânica proveniente do mar (moliços, algas, resíduos da pesca de arrasto), obtendo assim elevadas produções de hortícolas e de vinho.

Em linhas muito gerais, um Norte em que o Entre-Douro-e-Minho se destaca por uma ocupação mais antiga e intensa, proporcionada por chuvas abundantes devidas ao efeito Föhn provocado pela linha de montanhas que o separa de Trás-os-Montes. Nesta zona do País a organização social foi marcada pelo sistema senhorial, ao contrário do restante, em que predominou a gestão pelos municípios; e um Sul, de ocupação menos densa, marcado pela gestão das Ordens Militares que co-existiu com a gestão comunitária de baldios, praticamente extinta depois da Revolução Liberal.

A Primeira Grande Ruptura – A Revolução Liberal

A Revolução Liberal ao defender os direitos individuais, nomeadamente na propriedade fundiária, ignorou as formas comunitárias de utilização do território (os baldios) que giravam em torno da pastagem, constituída sobretudo por matos, controlados pelo fogo e pelo pastoreio. A divisão dos baldios em parcelas inviabilizou todo este sistema, do qual dependia grande parte da economia das populações rurais. A agravar a situação, a parcelização dos baldios não se destinou a uma prometida “reforma agrária” capaz de distribuir as terras pelos pobres, nem ao proclamado aumento de produção, sobretudo de cereais, dos quais Portugal, desde sempre, parece ter sido deficitário. Contra as boas intenções iniciais da Revolução, os seus correligionários acabaram por se apoderar de vastas terras comunitárias, ou pertencentes às extintas Ordens Religiosas. Esta privatização e a gestão que se lhe seguiu não atendeu à manutenção dos ciclos de conservação da natureza e o primeiro resultado mais visível foi a generalização do pinheiro bravo, em áreas que deixavam agora de fazer parte de um sistema mais abrangente e complexo, ao mesmo tempo que muitos aldeãos tiveram que deixar as suas aldeias

O Positivismo Modernista

A perspectiva neo-positivista do modernismo foi, entre nós, desenvolvida durante o Estado Novo.

De certo modo, a prática deste período, continuou muitas das rupturas e intenções da Revolução Liberal como a necessidade de aumentar a produção, neste caso agravada pela política do “orgulhosamente sós” de Salazar.

As m
e os adu
conduzi
pequena
de relev
Passou a
onde a m
de charru
delgados,
sição de m
A gene
e portanto
agricultura
pesticidas e
e à erosão n
A separ
técnicos, qu
nomo eclét
perdura, se
viável, a ma
A protec
compartimen
transformada
ecológica de
esquecidos.
a sustentabili
nutrientes, en
a agricultura
gica, como os
A tónica pass
climática e os
rados incultos
de produtivo.
Agrícola e Flor
como em outro
nava, o Estado
campanhas de p
sobretudo nos b
das economias
nessa época age

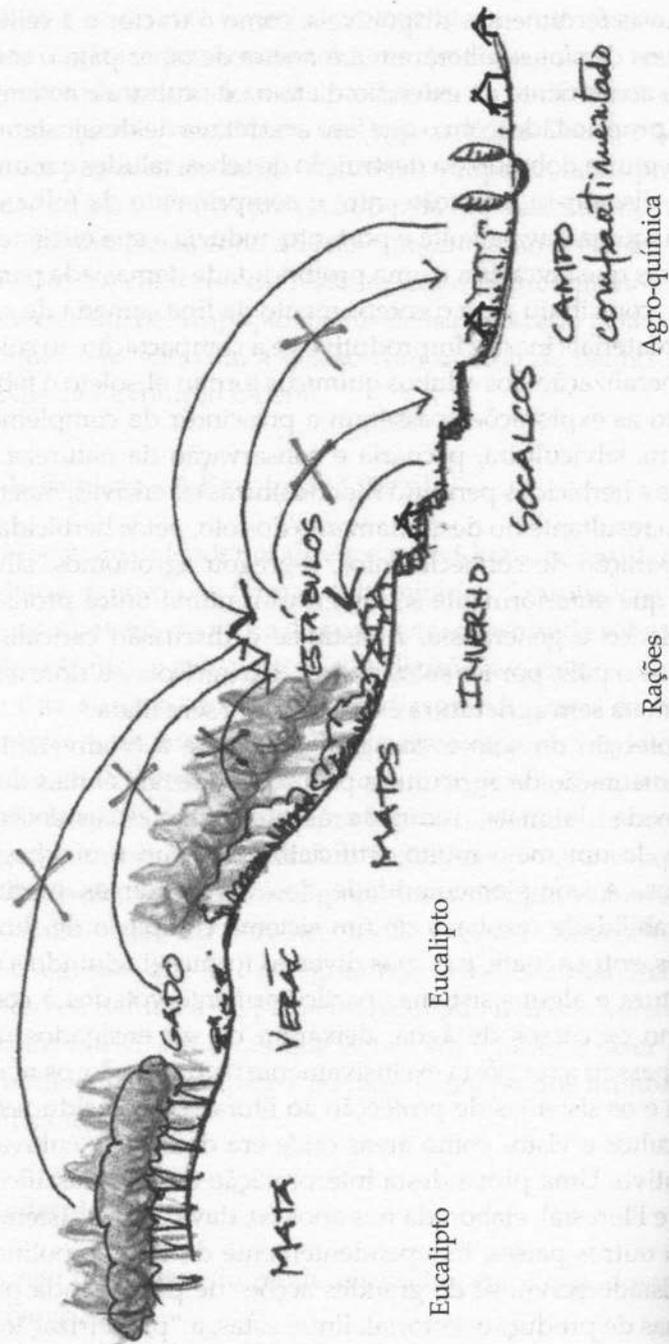
As novas ferramentas disponíveis, como o tractor e a ceifeira debulhadora e os adubos de síntese alteraram a maneira de olhar para o campo. A máquina conduziu ao aumento da extensão da folha de cultura e ao emparcelamento da pequena propriedade, com o que isso acarretava de desajustamento a condições de relevo muito dobrado e à destruição de sebes, taludes e muros de pedra seca. Passou a discutir-se a relação entre o comprimento da folha e o da cabeceira, onde a máquina dava a volta e portanto, reduzia a sua eficiência. A importação de charruas que lavravam a uma profundidade demasiada para os nossos solos delgados, contribuiu para o enterramento da fina camada de solo fértil, a exposição de materiais inertes improdutivos e a compactação do solo.

A generalização dos adubos químicos tornou obsoleto o fabrico de estrumes e portanto as explorações passaram a prescindir da complementaridade entre agricultura, silvicultura, pecuária e conservação da natureza. A utilização de pesticidas e herbicidas permitiu monoculturas extensivas, mais sujeitas a pragas e à erosão resultante do desnudamento do solo, pelos herbicidas.

A separação de conhecimentos, segregou agrónomos, silvicultores e zootécnicos, que anteriormente se integravam numa única profissão – a do agrónomo eclético e generalista. Assistiu-se à discussão caricata que ainda hoje perdura, se o país, por ter solos pobres, era agrícola ou florestal. Como se fosse viável, a mata sem agricultura e a agricultura sem mata.

A protecção do solo e da água, o suporte à biodiversidade, o papel da compartimentação da agricultura pela sebe, que não é mais do que uma forma transformada da mata, reduzida às suas funções essenciais da protecção ecológica de um meio muito artificializado como é o da agricultura, foram esquecidos. A complementaridade dos agrossistemas tradicionais, em que a sustentabilidade resultava de um sistema complexo de fluxos de energia e nutrientes, entre a mata, nas suas diversas formas (incluindo a sebe e os matos), a agricultura e alguns sistemas particularmente votados à conservação ecológica, como os cursos de água, deixaram de ser ensinados na Universidade. A tónica passou a ser posta exclusivamente na produção; os matos, a mata paradigmática e os sistemas de protecção ao litoral, como as dunas, foram considerados incultos e vistos como áreas onde era desejável "cultivar" alguma coisa de produtivo. Uma prova desta interpretação está na classificação que a Carta Agrícola e Florestal, elaborada nos anos 60, dava a estes sistemas – incultos. Tal como em outros países, independentemente do regime político que os governava, o Estado serviu-se de grandes acções de propaganda para implementar campanhas de produção sectorial. Entre estas, a "pinheirização" do País incidiu sobretudo nos baldios do Norte e Centro do País que constituíam grande parte das economias de montanha. O conflito entre os Engenheiros Silvicultores, nessa época agentes da política estatal, e as populações rurais que punham

Pós-Celuloses (anos 60)



III. ÉTICAS D

fogo aos pin

Aquilino Rib

com a Comp

de eucalipto

ignorando as

solos para ess

vação do solo

tudo plantar o

No Institu

alguns silvicult

Paisagistas (P

nheiros Silvicult

vado que acor

caram mais rec

mático da sua p

Ao longo

o período de

exóticas. O car

pelo pinheiro b

O sul do pa

vados sob a for

tudo pela Cam

sobro, pondo em

Mais uma vez es

para que não ter

um retrato disto

especialização d

que haver mata n

A PAC veio

Progressivamente

mata por pinheir

ocupando o lugar

o grau de combu

guradas pelas ho

olival e pela vinha

Todas estas ci

se vive. Aquilo q

restabelecimento o

fogo aos pinhais para preservar a sua base de subsistência, são retratados por Aquilino Ribeiro e Fernando Namora. A entrada das celulosas no País (anos 50) com a Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, deu origem à plantação de eucalipto em áreas vastíssimas. A mata deu lugar à floresta monoespecífica, ignorando as potencialidades da regeneração natural, a aptidão ecológica dos solos para essa produção, as exigências das zonas mais sensíveis para a conservação do solo e da água, seguindo o modelo modernista de tudo destruir para tudo plantar ou semear de novo.

No Instituto Superior de Agronomia, a orientação ecologista detida por alguns silvicultores (Profs. Baeta Neves e Gomes Guerreiro) e pelos Arquitectos Paisagistas (Prof. Caldeira Cabral) perdeu a favor da produtivista. Os Engenheiros Silvicultores, com origem etimológica na *Silva* romana (o bosque cultivado que acompanhava o *Saltus* – pastagem e o *Ager* – agricultura), reivindicaram mais recentemente a designação de Engenheiros Florestais, o que é sintomático da sua perspectiva.

Ao longo de todo este tempo, a preocupação foi sempre a de reduzir o período de crescimento das espécies disponíveis (autóctones) à custa de exóticas. O carvalho (80 anos) e o castanheiro (30-40 anos) foram substituídos pelo pinheiro bravo (40-50 anos) e pelo eucalipto (9 anos).

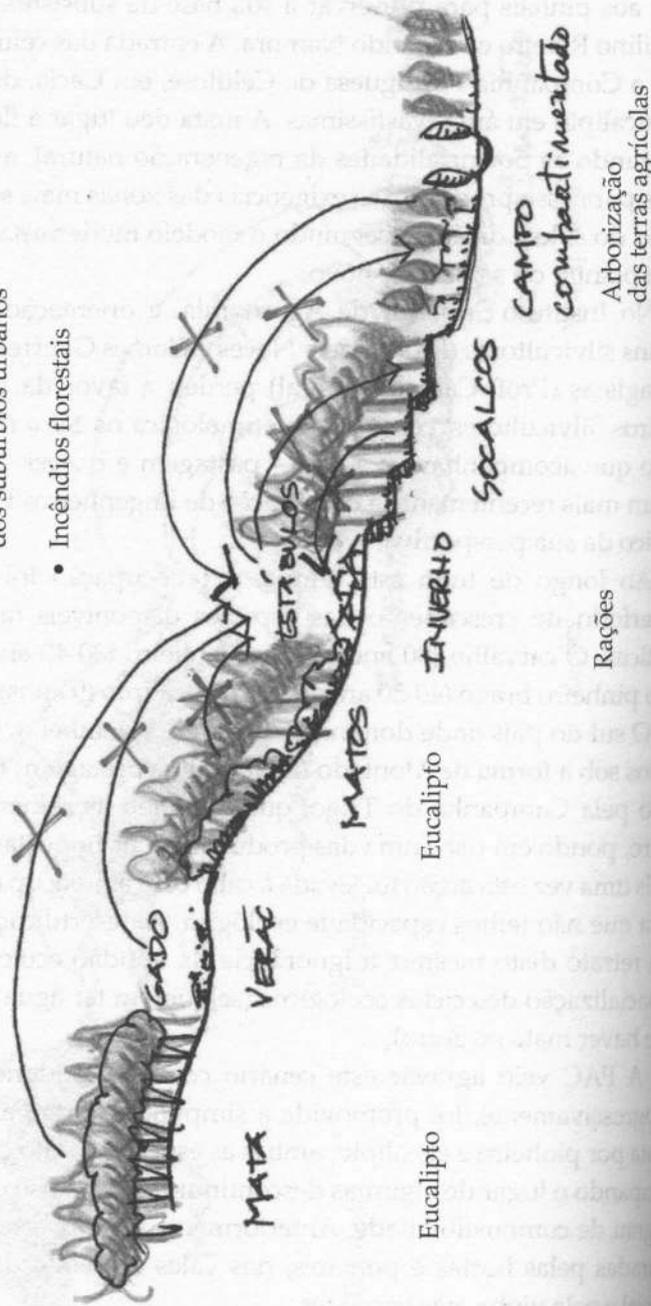
O sul do país onde domina o sobreiro e a azinheira, tradicionalmente cultivados sob a forma de Montado (adaptação à pastagem) foram agredidos sobretudo pela Campanha do Trigo, que estendeu as sementeiras ao Montado de sobreiro, pondo em risco uma das produções mais importantes do país – a cortiça. Mais uma vez esta acção foi levada a cabo com a preocupação de produzir aquilo para que não temos capacidade ecológica. A desertificação da Serra Algarvia é um retrato disto mesmo: a ignorância da aptidão ecológica do território e da especialização dos ciclos ecológicos (se querem ter água no litoral algarvio terá que haver mata na Serra).

A PAC veio agravar este cenário com o abandono rural que fomentou. Progressivamente, foi promovida a simplificação da Paisagem, substituindo a mata por pinheiro e eucalipto, ambas as espécies muito combustíveis que foram ocupando o lugar de algumas descontinuidades no uso e portanto aumentando o grau de combustibilidade. Anteriormente estas descontinuidades eram asseguradas pelas hortas e pomares, nos vales e à volta dos aglomerados e pelo olival e pela vinha, nas vertentes.

Todas estas circunstâncias, conjuntamente, conduziram à situação que hoje se vive. Aquilo que é combustível, arde, com um ciclo que é o necessário ao restabelecimento das condições de combustibilidade.

Pós-Emigração + Reforma da PAC - arborização das terras agrícolas

- Abandono rural
- Simplificação e Homogeneização da Paisagem
- Despovoamento das Aldeias e crescimento dos subúrbios urbanos
- Incêndios florestais



O de
nas ques
problema
Esta c
regime p
inverter a
ecologica
autóctone
industrial
lipto, pres
faz com q

Um esquic

É imper
mento rura
mente as fu
função a pr
que depend
instalada; en
vação, produ
zando o com
embora long
É evident
ponto de vis
mas sem con
jovens interes
da terra põe s
a existência de
os quais é imp
cracia. O "Ban
uma alternativ
Arrendamento
de meios finan
para a conserv
concordem. Exe
que constituem
O modelo de
recursos em sol

O debate que tem vindo a público sobre os incêndios florestais não incide nas questões estruturantes. Bombeiros, meios aéreos, incendiários, são todos problemas a jusante da questão principal.

Esta é, antes de mais, uma questão conceptual, de paradigma e não de regime político. Se não houver uma intervenção planeada e instrumentada para inverter a situação, aquilo que vamos ter é mais do mesmo, porque o pinheiro, ecologicamente muito plástico, regenera mais facilmente do que as espécies autóctones. Por outro lado, o lobby das celuloses, dispondo de uma capacidade industrial muito superior à capacidade ecológica do País para produzir eucalipto, pressiona o poder político para aumentar a sua área de produção, o que faz com que hoje, seja esta a que ocupa a maior percentagem da área florestal

Um esquiço de intervenção

É imperativo mudar de paradigma e repensar as políticas de desenvolvimento rural integradamente, nas quais a mata tem que assegurar primeiramente as funções de conservação do solo e da água (alguém ouviu falar nesta função a propósito do Plano Hidrológico?); em que aquilo que se produz tem que depender da aptidão ecológica da Paisagem e não da capacidade industrial instalada; em que as diversas funções da ruralidade contemporânea (conservação, produção, lazer e turismo) têm que ser conjuntamente viabilizadas, utilizando o conhecimento de base ecológica já existente na nossa Universidade, embora longe de assumir a opinião dominante.

É evidente que a mudança tem que produzir Paisagens viáveis também do ponto de vista económico. Para isto há que aproveitar o trabalho da máquina, mas sem comprometer a sustentabilidade do sistema e pôr à disposição dos jovens interessados, a terra necessária a assegurar o seu modo de vida. A posse da terra põe sérios obstáculos à sua disponibilização. Mas é necessário admitir a existência de valores simbólicos importantes que lhe estão associados, contra os quais é impossível impôr medidas contra a vontade dos próprios, em democracia. O "Banco de Terras" de que se tem falado ultimamente pode constituir uma alternativa, através da venda ou do arrendamento, desde que a Lei do Arrendamento Rural seja alterada. Para além disso o Estado tem que dispor de meios financeiros para proceder à aquisição de terras com elevado interesse para a conservação da natureza, ou à permuta, sempre que os proprietários concordem. Exemplo deste sistema já existe em França com as Sociétés Foncières que constituem instituições facilitadoras da disponibilização de terras.

O modelo de organização da Paisagem tem que obedecer à conservação dos recursos em solo, água e biodiversidade, constituindo esta a primeira priori-

- ARAÚJO, Ilídio Alves de (1976). "Princípios de reordenamento para alguns agrotipos de Entre-Douro-e-Minho". *Vida Rural*, 5 (16-31 Agosto): 30-33.
- BAPTISTA, F. O. (1993). *A política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- BAPTISTA, F. O. (1994). "A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia". *Análise Social*, XXIX(128): 907-921. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BAPTISTA, F. O. (2010). *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Lisboa: Celta Editora.
- BAPTISTA, F. O., (2001). "O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra", In: Brito, J. M. B de (Coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- CABRAL, F. C. & TELLES, G. R. (2005). *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CABRAL, F. Caldeira (1980). "O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza". In: *Conservação da Natureza*, Lisboa: Serviço de Estudos do Ambiente.
- CABRAL, F. C. (1967). "Paisagem portuguesa. Origem e evolução". *Arquitectura* 100: 234-237.
- CALDAS, E. de C. (1991). *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CALDAS, E. de C. (1994). "Paisagem e Agricultura", In: *Paisagem*. Coleção estudos. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- DEVY-VARETA, N. & ALVES, A. M. (2007). *Os Avanços e os Recuos da Floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo in Floresta e Sociedade – uma história em comum* (coord. edit. Joaquim Sande Silva). Lisboa: Público, Comunicação Social S.A.
- ESTÊVÃO, J. A. (1983). "A florestação dos baldios". *Análise Social*, XIX(77-78-79): 1157-1260.
- MAGALHÃES, M. R., BAPTISTA, F. O., CUNHA, N., MÜLLER, A., PENA, S., SILVA, J. & LEITÃO, M. (2011). "O Ordenamento do Território na Prevenção dos Incêndios Florestais". In: F. Tedim & D. Paton D. (Eds.), *A dimensão humana dos incêndios florestais*. Porto: Estratégias Criativas.
- MATTOSO, J., (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, Volume I – Oposição*. Lisboa: Estampa;
- MATTOSO, J., (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, Volume II – Composição*. Lisboa: Estampa.
- RIBEIRO, O. (1991). *Opúsculos Geográficos. Volume IV – O Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROSAS, F., (1994). "O Estado Novo (1926-1974)". In: *História de Portugal*, Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TELLES, G. R. (1994). "Paisagem Global – um conceito para o futuro". *Iniciativa*, 1: 28-33, Lisboa.
- VALENTE, V. P. (1993). *Revolução Liberal (1834-1836) Os "Devoristas"*. Lisboa: Aletheia Eds.
- VALENTE, V. P. (2009). *Portugal Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Aletheia Eds.